

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Um plano para as regiões carboníferas do Rio Grande do Sul

Por uma transição energética que gere desenvolvimento, emprego e oportunidades para as regiões da Campanha e do Baixo Jacuí.

5 eixos
estratégicos

20 objetivos

93 ações

Uma transformação necessária e uma oportunidade única

O **Plano de Transição Energética Justa para as Regiões Carboníferas do RS (Plano TEJ-RS)**, elaborado pelo Consórcio WayCarbon-CBC para o governo do estado, oferece pela primeira vez um caminho estruturado para que essa transição seja justa: fomentando a diversificação econômica ancorada nas vocações e nos limites ecossistêmicos do Pampa; indicando um modelo de governança multinível e participativo para tratar do tema; sugerindo ferramentas de financiamento para às ações; e incluindo a perspectiva dos grupos impactados ao longo de toda essa trajetória.

Um plano construído com a escuta das comunidades, ancorado em evidências internacionais e desenhado para durar além dos ciclos políticos, que possa apoiar a estratégia nacional de transição energética por meio da preparação das regiões para essa mudança.

As usinas a carvão do RS ocupam o **1º e o 3º lugar no ranking nacional de emissões de GEE em usinas termelétricas**, respondendo por **22% das emissões do parque termelétrico fóssil do país**, ainda que produzam apenas **12,6% da energia termelétrica inventariada**. Em Candiota, entre **70% e 80% da arrecadação municipal** depende da cadeia do carvão.

O encerramento dos subsídios federais está previsto para até **2027** e o encerramento contratual das usinas de Candiota para **2043**. O foco do Plano TEJ-RS se deu em analisar como as regiões podem atravessar esse processo sem acentuar seus problemas e ampliando seu desenvolvimento.

O DIAGNÓSTICO EM NÚMEROS

22%

das emissões do parque termelétrico fóssil nacional vêm das usinas a carvão do RS

70–80%

da arrecadação municipal de Candiota depende hoje da cadeia do carvão

2027

prazo previsto para o encerramento dos subsídios federais ao carvão, de acordo com a Lei nº 10.438/2002

2043

encerramento contratual das usinas de Candiota*

55,4%

da massa salarial de Candiota vem da extração mineral ou da geração de eletricidade por usinas

R\$ 7 mil

maior remuneração média entre as atividades do CNAE na Campanha

* Prazos legais e contratuais, nos termos do Leilão 06/2014 para Pampa Sul e da Lei 15.269 para Candiota III operar até 2040.

O que está em jogo

Os riscos e desafios identificados nos territórios justificam a importância do Plano TEJ-RS.

RISCOS DE UMA TRANSIÇÃO ABRUPTA OU DESCOORDENADA

- Desemprego, queda da massa salarial e da arrecadação municipal
- Esvaziamento populacional, desvalorização imobiliária e êxodo da juventude
- Expansão da informalidade e aprofundamento das desigualdades e de outros problemas sociais existentes
- Substituição da monoindústria energética por monoculturas agrícolas

DESAFIOS IDENTIFICADOS PELA PERCEPÇÃO DE QUEM VIVE NOS TERRITÓRIOS

Socioeconômicos

Alta dependência do carvão em Candiota, risco de desemprego em massa e baixa mobilidade da mão de obra.

Tecnológicos e industriais

Incerteza sobre renováveis intermitentes, baixa flexibilidade das usinas e dependência do cimento às cinzas volantes.

Ambientais

Passivos históricos de mineração, risco de contaminação e uso indevido de cavas mineradas.

Uma metodologia ancorada no território

A construção do Plano TEJ-RS combinou **rigor técnico** e **escuta territorial**. A metodologia integrou cinco frentes, todas ancoradas nos princípios de transição justa amplamente discutidos na literatura.

A ESPINHA DORSAL DO PLANO · CINCO PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA

Distributiva

Distribuição equitativa de custos, benefícios e oportunidades da transição.

Processual

Processo justo, transparente e participativo na tomada de decisão.

De reconhecimento

Respeito à identidade, cultura e história das comunidades afetadas.

Restaurativa

Reparação de danos históricos e reequilíbrio socioeconômico e ecológico.

Cosmopolita

Impactos considerados ao longo de toda a cadeia produtiva, sem fronteiras.



Diagnóstico socioeconômico

Caracterização das regiões da Campanha e do Baixo Jacuí: estrutura produtiva, mercado de trabalho, dependência do carvão e vulnerabilidades da transição.



Perspectivas locais

Escuta direta dos atores impactados (trabalhadores, prefeituras, comunidades quilombolas e indígenas e outros grupos, sindicatos e setor produtivo) por meio de audiências públicas, reuniões bilaterais e consulta pública virtual.



Experiências internacionais e nacionais

Levantamento de boas práticas em países que já passaram por transições carboníferas, como Chile, Colômbia, Alemanha, Canadá e Espanha.



Construção de cenários

Modelagem dos impactos esperados da transição e das medidas propostas, com projeções econômicas, energéticas e socioambientais para os territórios.

Sete elementos transversais de transição justa para as regiões carboníferas do RS

Sete elementos de transição justa foram incorporados de forma transversal ao plano, a partir dos desafios e perspectivas identificados nos territórios.

01 Qualificação profissional e proteção social dos trabalhadores

02 Desenvolvimento de novas atividades econômicas e diversificação produtiva

03 Participação, governança integrada e controle social

04 Inovação, tecnologia e descarbonização da indústria

05 Justiça ambiental, restauração de passivos e usos sustentáveis dos territórios minerados

06 Memória social, identidade cultural e reconstrução de vínculos comunitários

07 Transição socioecológica e ordenamento territorial para o desenvolvimento sustentável

Cinco eixos para uma transição justa

O plano organiza-se em cinco eixos estratégicos sinérgicos e interdependentes, desdobrados em **20 objetivos** e **93 ações concretas**, todos ancorados nos princípios transversais de justiça.

A implementação organiza-se em três fases, alinhadas à meta do RS de **reduzir 50% das emissões até 2030** e alcançar a **neutralidade climática até 2050**, buscando coerência e cooperação com a estratégia nacional de ação climática.

CURTO PRAZO

2026–2030

MÉDIO PRAZO

2030–2040

LONGO PRAZO

2040–2050

01



Energia

Descarbonização progressiva do setor energético

02



Meio Ambiente

Passivos ambientais, economia circular e ecossistemas

03



Pessoas

Renda, emprego, bem-estar, cultura e identidade

04



Economia

Diversificação produtiva inclusiva e inovadora

05



Estruturante

Governança, financiamento e monitoramento

EIXO 01 / 05

Energia

OBJETIVO DO EIXO

Reduzir progressivamente as emissões do setor energético nas regiões carboníferas, apoiando o atingimento da neutralidade climática até 2050.

EIXO 02 / 05

Meio Ambiente

OBJETIVO DO EIXO

Promover a descarbonização em alinhamento com sustentabilidade ambiental ampla: restauração de passivos, economia circular e conservação de ecossistemas como aliados na resiliência climática.

EIXO 03 / 05

Pessoas

OBJETIVO DO EIXO

Garantir justiça social durante a transição, protegendo renda, emprego, bem-estar e aspectos culturais e identitários das regiões carboníferas.

EIXO 04 / 05

Economia

OBJETIVO DO EIXO

Promover diversificação econômica sustentável, inclusiva e inovadora, estimulando vocações regionais e novos caminhos produtivos com emprego qualificado.

EIXO 05 / 05

Estruturante

OBJETIVO DO EIXO

Consolidar os fundamentos institucionais, financeiros e de governança que asseguram a implementação, o monitoramento e a revisão do plano.

20 objetivos estratégicos

93 ações concretas

distribuídos de forma equilibrada entre os cinco eixos

— UM PLANO CONSTRUÍDO NOS TERRITÓRIOS

A escuta que sustenta o plano

Da usina de Candiota às comunidades quilombolas e indígenas, das prefeituras aos sindicatos e universidades: o Plano TEJ-RS foi desenhado a partir do diálogo direto com quem vive a transição.



Reunião pública em Minas do Leão



Visita à Comunidade quilombola Corredor dos Munhós



Reunião com prefeitura de Candiota



Equipe técnica em campo



3º Workshop com a SEMA-RS



Sindicato dos Mineiros de Candiota